

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI

Dispõe sobre a DELIBERAÇÃO QUANTO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

Na data de 10 de dezembro de 2020, às 15 horas, reuniram-se nas dependências do Fundo de Previdência do Município de Barra do Piraí, nesta, em atendimento aos dispostos normativos e legais, os membros do referido COMITÊ, para a deliberação sobre o assunto acima disposto como pauta principal da ordem do dia.

Inicialmente, com a palavra a Presidente do Comitê de Investimentos, a senhora PÂMELA LÚCIA ORNELLAS PINTO OLIVEIRA, informa que a consultoria de investimentos contratada apresentou a proposta em forma de minuta a Política de Investimento para o exercício de 2021 para apreciação e análise desse colegiado. A minuta foi disponibilizada via plataforma eletrônica e juntamente com o texto, as propostas de: (i) alocação estratégica de acordo com o perfil do RPPS, (ii) os parâmetros de risco dos segmentos de renda fixa e renda variável e (iii) o valor (em percentual) esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS, segundo exigência da Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018. Antes da realização e deliberação desse colegiado, esta Gestora dos Recursos do RPPS, após sua análise prévia, disponibilizou aos membros do colegiado a minuta com a proposta da consultoria intercalados com as observações feitas pelo próprio Gestor para também análise prévia. Finalizadas as declarações da Senhora Diretora, foi aberto tempo para a exposição de cada membro do Comitê apresentar o resultado de suas análises, observações, dúvidas e esclarecimentos.

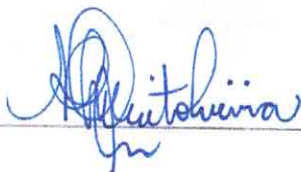
Manifestaram-se favoravelmente os membros presentes ROBERTA JANINI DA SILVA ALVES, THAIS PINHEIRO BUENO, PAMELA LUCIA ORNELLAS PINTO OLIVEIRA, acrescentando que as perspectivas para o próximo mês gira em torno das atitudes dos governos dos estados após as eleições municipais, sabendo que o Brasil vive uma nova onda de contaminação, esperasse que as atitudes tomadas sejam de acordo com a situação econômica delicada que o país sem encontra. No cenário externo, as boas notícias com vacinas e os dados econômicos acima do esperado no mês, eleva o humor dos investidores em âmbito global, aumentando o apetite por risco, não por coincidência o Brasil foi alvo de entrada de capital estrangeiro com grande volume no mês. A expectativa é que o bom cenário permaneça, que as medidas restritivas ao redor do mundo sejam as mais eficientes, para que com o avanço da vacina e a provável distribuição em massa possam colaborar para o desenvolvimento econômico ascendente desta vez. Por outro lado, temos que observar as ações do governo no cenário doméstico, a muitas pautas que ficaram paralisadas ao decorrer do ano e que são de extrema importâncias para o futuro do país, tendo que ser decididas e votadas em tempo recorde. Portanto, a preocupação com o quadro fiscal, endividamento, rolagem de dívidas e teto de gastos, segue como principal pauta, caso isso aconteça, além de gerar desconfiança dos investidores estrangeiros, geraria um aumento na taxa de juros e no risco Brasil e isso não seria bom para o estado da economia atual, que já segue prejudicada. Situação que o Brasil vem tentando evitar ao longo dos últimos anos, reconquistar os investidores estrangeiros, a partir de um quadro fiscal mais bem elaborado, uma agenda de reformas estruturais, que ocasionalmente levaria o Brasil a um controle maior sobre as receitas e gastos governamentais. Segue no radar, o aumento dos índices de preço da economia, uma inflação que começou acelerar e que tem impactos significativos já no curto prazo. A partir de uma visão do Banco central onde passa a ideia de que as condições continuam essencialmente as mesmas sem mudanças no quadro fiscal e que aceleração da inflação seria temporária, como principal consequência a taxa de juros pode ficar baixa por mais tempo. O que se observa são as taxas de juros prefixadas de vencimentos mais longos acabam ficando igualmente pressionadas em níveis mais elevados, sendo a compensação exigida pelos investidores pelo fato de eventualmente a Selic ao nível de hoje estar

errada e precisar ser corrigido no futuro para cima. O que nos faz entender que certos segmentos não atraem devido ao prêmio pago e podem gerar volatilidade e risco aos portfólios. Os dados indicam uma pressão no curto prazo nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das reformas. É provável que a qualquer sinal de melhora constante na economia, devemos ter uma elevação da SELIC, mesmo que antes do projetado. Logo, segue no radar os sinais de abertura na curva de juros, o que nos preocupa quanto ao aumento de taxa de juros e a alta volatilidade nos títulos federais de longo prazo. Fato que não acontecia desde 2002 e que agora vem acontecendo nos últimos 2 meses, são as LFTs (Tesouro Selic) sendo negociada a taxas negativas. O mais recomendado para o atual momento é a cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter sem ainda a desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político. Mantemos nossa recomendação de adotar cautela nos investimentos e acompanhamento diário dos mercados e estratégias. Mantemos a sugestão para que os recursos necessários para fazer frente às despesas correntes sejam resgatados dos investimentos menos voláteis (CDI, IRF-M1, IDKA IPCA 2A). Para o IMA-B que é formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais), não estamos recomendando o aporte no segmento, alteramos a estratégia de alocação para 10% ante a 15%, sendo indicado para os RPPS que possuem porcentagem igual ou maior, aos que possuem porcentagem inferior a 10%, recomendamos a não movimentação no segmento. Os demais recursos mantenham-nos em “quarentena” esperando um melhor momento para realocar. Tomar decisões precipitadas enseja realizar uma perda decorrente da desvalorização dos investimentos sem possibilidades de recuperação na retomada dos mercados. Para aqueles que enxergam uma oportunidade de investir recursos a preços mais baratos, municie-se das informações necessárias para subsidiar a tomada da decisão. Assim, fechado o período de discussões, fica deliberado pelo comitê: Aprovação da Política de Investimentos para o exercício de 2021 proposta pela Diretoria Executiva, após a exposição dos membros do colegiado e suas considerações.

A senhora PÂMELA LUCIA ORNELLAS PINTO OLIVEIRA, atual Gestora dos Recursos, de acordo com suas atribuições, fará os ajustes necessários na minuta final da Política de Investimentos 2021, em atendimento aos parâmetros deliberados, sendo, a versão final disponibilizada para todos os membros do Comitê via e-mail para conhecimento e finalização do processo de elaboração e aprovação através do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN a Secretária de Previdência – SPREV. Finalizado todos os conteúdos pautados e nada mais tendo a tratar, foi declarada e encerrada a presente reunião a 18 horas, e eu CAMILA LOURES PASCHOAL, na qualidade de Coordenadora Administrativa Previdenciária lavrei a presente ata, onde lida e achada exata, vai assinada pelos membros presentes.

BARRA DO PIRAI/RJ, 10 de dezembro de 2020.

1.



2.

3.



4.